

Assembleia Legislativa



Despacho	NP: q8wte1vm SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 19/02/2025 Projeto de lei nº 224/2025 Protocolo nº 1123/2025 Processo nº 408/2025	
Autor: Dep. Gilberto Cattani		

Reconhece a aquaponia como atividade sustentável no Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42, da Constituição Estadual, e art. 168, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

- Art. 1º. Fica instituída a política de incentivo à aquaponia no Estado de Mato Grosso, promovendo a integração sustentável dos recursos hídricos na aquicultura e na agricultura, com vistas à produção e comercialização de produtos aquícolas e agrícolas.
- Art. 2°. Para os efeitos desta Lei, entende-se por:
- I Aquaponia: sistema de produção integrado de organismos aquáticos e plantas cultivadas sem solo, em circuito fechado de água reciclável, onde os dejetos metabólicos dos peixes fornecem nutrientes para as plantas e estas realizam a filtração biológica da água, retornando-a aos tanques de criação em condições ideais.
- II Recursos hídricos utilizados na aquaponia: água extraída de lagoas, açudes, barragens, poços artesianos, rios, canais e fontes subterrâneas destinada à prática da aquaponia.
- Art. 3°. Compreende-se a aquaponia como atividade de baixo risco ambiental, consoante Art. 3°, I, da Lei Federal n°. 13.874, de 20 de setembro de 2019.
- Art. 4º. Fica dispensado o licenciamento ambiental para a prática da aquaponia, nos termos do art. 25 da Lei Federal n.º 11.959, de 29 de junho de 2009, enquadrando-se como atividade de uso não consuntivo dos recursos hídricos.
- Art. 5°. Os produtores que adotarem a aquaponia farão jus aos seguintes incentivos:
- I Prioridade na outorga e renovação de direitos de uso da água, conforme previsto na Lei Federal nº. 9.433, de 8 de janeiro de 1997;



Assembleia Legislativa



- II Incentivos fiscais, nos termos da legislação vigente e outros regulamentados pelo Executivo;
- III Fornecimento prioritário ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), conforme disposto no Art. 19 da Lei Federal nº. 10.696, de 2 de julho de 2003;
- IV Presunção de boa-fé do particular perante o poder público nos termos do Art. 2º, II, da Lei Federal nº. 13.874, de 20 de setembro de 2019;
- IV Crédito rural com condições diferenciadas, nos termos de regulamentação própria.
- Art. 6º. A gestão e fiscalização da aplicação desta Lei serão de responsabilidade da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (SEAF), em colaboração com o Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (INDEA/MT).
- Art. 7º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua publicação.
- Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Atento ao disposto nos Arts. 39 e 42, da Constituição do Estado de Mato Grosso, temos que não há invasão das competências do Executivo Estadual.

Ainda, foram respeitadas as disposições do art. 25, sendo a presente propositura de <u>competência legislativa</u> <u>comum</u> dos Estados, segundo Art. 23, incisos VIII, e de <u>competência legislativa concorrente</u> dos Estados, segundo Art. 24, inciso V, XI, e §2º, todos da Constituição Federal.

A produção e o consumo em geral, bem como a produção no campo com espeque aos princípios constitucionais e manutenção do homem no campo, são de competência estadual e devem ser observados a tempo e contento.

A aquaponia é um sistema de produção inovador e sustentável, que promove a reutilização da água e reduz significativamente o desperdício de recursos naturais, ao mesmo tempo em que aumenta a produtividade da agricultura e da piscicultura.

A aquaponia, ao reciclar os nutrientes dos peixes para as plantas, também contribui para se produzir alimentos com menor impacto ao meio ambiente. Além de se diversificar a produção com uso racional de água, há, também, o fato de se estar oferecendo ao consumidor um produto mais natural, sem o uso de adubos químicos sintéticos.

Uma das vantagens deste sistema é que as hortaliças apresentam um ciclo curto e os resultados se apresentam rapidamente. Os fatores econômicos também se mostram adequados com conversão alimentar dos peixes próximas de 1,1:1, custos de energia elétrica reduzidos devido ao compartilhamento do recurso pelas atividades e custo da produção vegetal restrita ao custo das mudas, parte da energia e mão de obra para plantio e colheita.

O sistema, por ser fechado, **não oferece o perigo de uma espécie exótica escapar para os rios**. Em relação aos peixes, o ciclo de produção diminui de 6 meses a um ano para apenas quatro meses. Os peixes



Assembleia Legislativa



são pecilotérmicos e abaixo de 24°C já diminuem o metabolismo, e, em geral, abaixo de 20 °C não comem mais e param de crescer. Como é possível controlar a temperatura, mantendo-a entre 26 e 28°C, o desempenho da aquaponia é bem melhor.

Quanto à manutenção do sistema, há mais vantagens. À alimentação dos peixes é feita três vezes ao dia, e a descarga para limpeza é feita depois da alimentação da manhã e da tarde. O restante do processo é todo automatizado.

O investimento mensal também é baixo: apenas o custo da ração e da energia usada para bombear a água entre os filtros e os tanques de criação e, do reservatório para o biodigestor. O biogás produzido pode ser encaminhado para um gerador de energia elétrica, tornando o sistema ainda mais sustentável.

Estudos indicam que, enquanto um sistema convencional de piscicultura consome cerca de 16.000 litros de água para produzir um quilo de peixe[1], a aquaponia utiliza apenas 200 litros por quilo de peixe produzido, sem a necessidade de despejo de efluentes no meio ambiente.

Segundo a Embrapa[2], a aquaponia utiliza 90% menos água do que os métodos tradicionais de cultivo agrícola, pois a água circula de forma contínua, garantindo sustentabilidade hídrica.

A Revista Globo Rural[3] destaca que a produção de vegetais na aquaponia pode ser até seis vezes maior do que na agricultura tradicional no mesmo espaço, devido ao controle ambiental e à nutrição contínua das plantas.

Além disso, um artigo publicado na ScienceDirect[4] aponta que os peixes cultivados em aquaponia crescem 30% mais rápido, devido à melhor qualidade da água e ao equilíbrio do sistema fechado.

Do ponto de vista ambiental, a National Geographic[5] menciona que a aquaponia reduz a emissão de resíduos agrícolas, eliminando o uso de pesticidas e fertilizantes químicos, prevenindo a contaminação do solo e das águas subterrâneas.

O crescimento do setor também é notável. De acordo com o Valor Econômico[6], a aquaponia tem atraído investimentos e despertado interesse entre empreendedores do agronegócio, impulsionando a geração de empregos e a inovação no setor.

Já a CNN Brasil[7] mostra que startups de agronegócio estão apostando na aquaponia como uma solução eficiente para a produção sustentável de alimentos orgânicos, reduzindo custos e fortalecendo o mercado interno.

Por essas razões, conto com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste importante projeto de lei.

[1] https://www.nature.com/articles/s41893-018-0146-2

[2]

https://www.embrapa.br/aquicultura-e-pesca/noticias/-/noticia/62651270/aquaponia-como-alternativa-sustentavel-para-o-futuro-da-agricultura



Assembleia Legislativa



[3]

https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2023/05/aquaponia-produz-mais-e-consome-menos-recursos.html

[4] https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0048969718324356

[5][5]

 $\underline{https://www.nationalgeographic.com/environment/article/aquaponics-sustainable-food-production-solution}$

[6]

https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2024/02/aquaponia-cresce-e-atrai-investimentos-no-brasil.ghtml

[7]

https://www.cnnbrasil.com.br/economia/startups-investem-em-aquaponia-para-produzir-alimentos-sustentaveis/

Edifício Dante Martins de Oliveira Plenário das Deliberações "Deputado Renê Barbour" em 17 de Fevereiro de 2025

> **Gilberto Cattani** Deputado Estadual